Grupo Parlamentar

Intervenção proferida pelo Deputado Luís Sequeira de Medeiros na Sessão Plenária de Outubro de 2002.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo Regional

Quando se pensa na agricultura açoriana não se pode fazê-lo sem se encararem, desde logo, as suas especificidades e o meio físico onde se desenvolve.

Um território fragmentado em nove ilhas de dimensões diversas, umas maiores do que as outras mas todas muito pequenas, com uma orografia muito acidentada, acessos difíceis, tudo sujeito a um clima que está longe de ser calmo e ameno.

Por isso, as mudanças no sector agrícola são aqui mais difíceis, as inflexões de sentido requerem mais tempo, as alterações nas políticas que o suportam necessitam maior ponderação.

A superfície útil do arquipélago totaliza 2.391,9 Km2, que equivalem a 239.190 ha, dos quais, 140.553 ha são superfície agrícola. Assim, a actividade do sector primário constituirá sempre, apesar de tudo, o principal meio de ocupação do território e de fixação das populações no nosso pequeno mundo rural. São razões bastantes para que a actividade agrícola não possa ser encarada com a ligeireza com que muitos actualmente o fazem.

Da superfície agrícola do arquipélago, 84.8%, ou seja 120.000 ha, são ocupados pela pastagem permanente e pelas

culturas forrageiras. Por esta razão, considerada a quase impossibilidade de se encontrarem alternativas viáveis, a produção pecuária, leia-se bovinicultura, deverá continuar a representar a grande fatia do produto agrícola regional.

Julgo, pois, que se enganam aqueles que vaticinam para breve o fim do "ciclo da vaca", apostando na certeza de uma nova era na economia dos Açores, na qual a agricultura, relegada para um plano secundário, perderá a sua importância.

Há que ter presente também que da correcta utilização da terra, da adequada estruturação fundiária e da racionalidade do ordenamento territorial, resultará a qualidade do ambiente e da paisagem rural que poderemos ter.

Estes são aspectos de primordial importância, não apenas na qualidade de vida dos residentes, mas também no suporte que constituem para o desenvolvimento do turismo. Pretendo assim chamar a atenção para a complementaridade das diversas actividades e para o papel fundamental que a actividade agrícola continuará a desempenhar, o qual nunca poderá ser descurado se se pretender uma ocupação harmoniosa do território e um adequado equilíbrio ambiental e paisagístico.

Mas, é errado pensar que a actividade agrícola deverá existir apenas em função da qualidade ambiental e paisagística e do contributo que poderá dar ao desenvolvimento turístico.

Não! Ela tem de ser atractiva, autosustentada e, cada vez mais, garantir a realização pessoal e a retribuição equitativa daqueles que a ela se dedicam, evitando-se a todo o custo a situação frustrante do "produzir para deitar fora" ou de "receber para não produzir".

Só assim se poderá combater o abandono e a desertificação do espaço rural.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo Regional

São muitos e bem conhecidos os constrangimentos com que se confronta o sector agrícola regional. Resultam da pequena dimensão das produções, da insularidade, do afastamento dos mercados, das dificuldades que representam os crónicos atrasos estruturais a montante, das limitações impostas à produção por disciplinas que nada têm a ver com a nossa realidade, dos problemas da nossa integração em mercados de enorme dimensão onde a concorrência é feroz; finalmente, são também fruto da também já crónica dificuldade de diversificação e da falta de organização da produção, esta limitativa de uma presença no mercado com volume e regularidade.

Para que os efeitos destes constrangimentos sejam atenuados ou ultrapassados, são necessárias estratégias adequadas, fundamentadas, claras, compreendidas e aceites por todos os intervenientes.

O Governo Regional tem-se limitado a uma gestão do dia a dia e, ao que parece, não evidencia grandes preocupações nem com a fixação de metas sectoriais de médio e longo prazo, por um lado, nem, por outro, com a estruturação de políticas consentâneas com o rumo a seguir.

É a "navegação à vista" da qual é paradigmático o afirmar-se há algum tempo atrás "ser um imperativo não reduzir a produção de leite, para não comprometer a negociação do

aumento da quota em Bruxelas", para, passados poucos meses, vir-se alertar para a necessidade de se conter a produção para evitar a ultrapassagem da quota estabelecida.

Há pois todo um conjunto de questões que seria bom ver esclarecidas:

1. Desde logo, qual o peso que deverá ter a agricultura no modelo económico que se pretende para a Região?

Quais os objectivos de médio e longo prazo que tem este governo para a agricultura regional, designadamente para os sectores da carne e do leite, seus principais suportes?

As propostas para a reforma intercalar da PAC, actualmente em curso, manifestam claramente uma tendência para privilegiar a extensificação das produções e os agora chamados "ecocondicionalismos" (alimentos seguros, protecção do ambiente, saúde e bem estar animal, etc..).

Até que ponto poderão estar assim comprometidos os sistemas intensivos de produção que se desenvolveram em algumas ilhas dos Açores?

Que efeitos terá a extensificação que se preconiza no volume das produções e na viabilização dos sectores da transformação e da comercialização?

Nesta perspectiva, qual deverá ser o objectivo a defender para os Açores?

Todas estas questões constituem matéria que deverá ser objecto de consenso regional e este só poderá ser obtido se o Governo as debater abertamente com todos os parceiros envolvidos e com os Partidos com assento parlamentar.

Pensa o Governo dar algum desenvolvimento a este assunto?

2. No que diz respeito à carne, já aqui o disse e repito: - os Açores, por enquanto, não são produtores de carne!

Continuamos a ser exportadores de gado vivo e continuamos também sem nos apetrecharmos com o "know-how" necessário, quer na produção, quer na transformação e no comércio, para nos reconvertermos em exportadores de carne.

Diga-se de passagem que a expedição de gado vivo, nos moldes em que se processa, está totalmente e a breve trecho condenada pelas regras do bem estar animal; não poderá pois continuar tal como está e terá de ser totalmente repensada.

A experimentação que vinha sendo desenvolvida com vista ao estudo do melhor tipo de bovino destinado a abate, bem como dos sistemas de cria e de alimentação mais eficientes, foi abandonada. Há seis anos parámos no tempo e, a este respeito, nada mais se desenvolveu.

Não se tem estimulado também a organização da produção nem se acompanha a evolução dos mercados, onde se inclui também a busca de canais de escoamento para os nossos excedentes em vacas de refugo do circuito leiteiro.

Nesta matéria e pelo que vem a público, aparecem como únicas preocupações do Governo a implementação da indicação geográfica "Carne dos Açores" e a melhoria das estruturas de abate. São aspectos muito importantes, sem dúvida, mas, em nosso entender, insuficientes para que os Açores possam aproveitar o seu potencial de produção de carne e usufruir de todas as mais valias que ele representa.

Por isso, pergunto: - pensa o Governo implementar outras medidas com vista a estimular a referida reconversão da expedição de gado vivo para expedição de carne? Quais e quando?

Como será incentivada e apoiada a organização da produção e da comercialização?

3. No sector leiteiro, a principal questão põe-se actualmente nos aumentos da produção que se verificam, nas quotas e na sua gestão, que continuam a ser as preocupações imediatas dos produtores.

Aqui, mais uma vez, não podemos deixar de referir que a situação que se vive resulta exclusivamente da falta de visão e de um incompreensível erro de avaliação dos governos socialistas da Região e da República. Não se pode esquecer que o Ministro Capoulas dos Santos sempre tranquilizou os açorianos em matéria de quota leiteira e que, depois, nada foi feito a tempo e horas. Enquanto outros o fizeram com sucesso, não se sensibilizou Bruxelas para a necessidade do aumento da Quantidade Global Garantida portuguesa, aquando da negociação da Agenda 2000.

Depois de um ligeiro decréscimo na campanha de 2000/2001, as entregas de leite estão novamente a subir. A

ameaça latente do pagamento de multas volta a surgir. Os temores são agravados pela carta enviada pelo INGA a todos os produtores de leite e estes, apreensivos, interrogam-se sobre o que lhes irá acontecer.

Por outro lado, e talvez noutra perspectiva, a indústria transformadora, apesar das limitações que a quota nos impõe, realiza um investimento notável na sua reestruturação e modernização. Este, com certeza e naturalmente, exigirá um maior volume de matéria prima. Mais uma vez há que por uma interrogação sobre se a quota de que dispomos será suficiente para garantir a viabilização destes empreendimentos.

Em Março e Outubro de 2001 e Junho de 2002, solicitei ao Governo Regional, através de três requerimentos apresentados a esta Assembleia, um conjunto de esclarecimentos relativos a esta matéria, designadamente: - qual o somatório das quantidades de referência distribuídas nos Açores; quais os volumes de entregas e de vendas directas verificados; qual o valor percentual que representam as 73.000 t do auto-consumo e quando será comunicado individualmente aos produtores; com que critério será feita a redistribuição da parte não utilizada das 73.000 t; finalmente, perguntava o número de candidaturas aos fundos comunitários a aguardar a atribuição de quota para obterem financiamento.

Até hoje o Governo Regional não se dignou a dar qualquer resposta às questões que formulei nem tão pouco informou os compradores e produtores dos critérios a seguir na utilização das 73.000 t do auto-consumo! Por isso, mantenho as perguntas.

O Governo, sem nada escrever sobre a matéria, continua a afirmar que a nova referência para a quota leiteira é a produção de

99/2000, mas a verdade é que a única referência oficial são as quotas anteriormente estabelecidas.

Esta posição do Governo Regional não é clara nem parece encontrar suporte em qualquer disposição legal; no terreno cria confusão nos produtores, muitos a gerir a sua vida tendo por segura a nova quota; poderão ocorrer surpresas desagradáveis.

Daí parecer-me essencial que o Governo, de uma vez por todas, esclareça estas questões.

4. Finalmente, algumas questões resultantes da integração europeia a merecerem atenção.

A proposta de revisão intercalar da PAC obriga a uma nova abordagem da nossa problemática agrícola.

O POSEIMA atribui montantes complementares a diversos prémios instituídos no âmbito da OCM Carne de Bovino. O Governo Regional deixou cair o complemento ao prémio especial à engorda de bovinos machos, responsável por um apport financeiro anual médio da ordem dos 270.000 contos, mas mantêm-se ainda os complementos do prémio à manutenção das vacas aleitantes e do prémio ao abate.

Se forem extintos estes prémios, como está previsto na revisão intercalar da PAC, que acontecerá aos complementos do POSEIMA, estabelecidos para fazer face aos custos acrescidos com a nossa insularidade e afastamento? Será que vamos perder esses benefícios, destinados a atenuar a nossa desvantagem em relação aos nossos parceiros continentais?

Ainda na perspectiva criada pela proposta de revisão intercalar da PAC, que nos é desfavorável em muitos outros aspectos, as soluções para muitas das questões que se têm vindo a levantar só poderão encontrar acolhimento no desenvolvimento que se conseguir dar ao nº2 do artº 299º do Tratado. É o caso, por exemplo da manutenção, readaptação e reforço das ajudas à produção instituídas no âmbito do POSEIMA, ou até mesmo da autonomização de uma sub-reserva regional para a quota leiteira, o que seria a todos os títulos vantajoso.

Que posições tem o Governo Regional defendido junto das instâncias nacionais e comunitárias relativamente a esta matéria?

Que posições já assumiu ou pensa vir a assumir relativamente à revisão intercalar da PAC?

Em suma, quais as estratégias para enfrentar as alterações que se perspectivam?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo Regional

As questões que aqui levantei estão longe de esgotar o tema desta interpelação. Contudo, poderão ser incluídas naquelas que, na presente conjuntura, são das mais prementes. Daí julgar importante o seu esclarecimento.

São as respostas a estas questões que os agricultores dos Açores aguardam.

Disse
Horta, 17 de Outubro de 2002
Luís Henrique Sequeira de Medeiros